

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria do Patrimônio da União

***PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO
DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO***

PMG/SPU

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2580/OC-BR

7º Relatório Semestral de Progresso

1º Semestre de 2015

Brasília, dezembro de 2015

Sumário

Resumo Executivo.....	3
Introdução	5
Progresso na Execução do Programa	5
3.1 Contexto do Programa.....	5
3.2 Descrição do Programa.....	6
3.3 Registro das atividades executadas no período	6
3.4 Metas físicas alcançadas.....	8
Custos do Projeto.....	9
4.1 Planejamento original.....	9
4.2 Valores Executados	9
5. Implementação do Programa	11
5.1 Análise dos Fatores Críticos	11
5.2 Medidas Corretivas Adotadas.....	12
6. Sustentabilidade	12
6.1 Análise de Fatores Críticos.....	12
6.2 Riscos Potenciais	13
7. Lições Aprendidas	13
8. Cumprimento das Cláusulas Contratuais.....	13



1. Resumo Executivo

1.1 Dados Básicos

País: Brasil

Nome do Projeto: Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União – PMG/SPU

Número do Projeto: BR-L-1224

Número do Empréstimo: 2580/OC-BR

Tipo de Operação: INV – Investimento

Setor: Reforma e Modernização do Estado

Categoria do Impacto Social: Nenhuma

1.2 Datas chave

Data de Aprovação pela Diretoria: 23/09/2011

Data de Assinatura do Contrato: 26/03/2012

Data de Elegibilidade: 06/09/2012

Data do Primeiro Desembolso: 13/03/2014

Data original do prazo de último desembolso: 01/03/2017

1.3 Mutuário e condições chave

Mutuário: República Federativa do Brasil

Órgão Executor: Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP)

Valor do Empréstimo Aprovado: US\$ 15.000.000,00

Pari-Passu: 50,00 %

Valor da contrapartida (US\$): US\$ 15.000.000,00

Prazo de amortização: 20 anos

Valor total do projeto: US\$ 30.000.000,00

1.4 Evolução da Execução

Meses em Execução desde a efetividade do Contrato: 34 meses

Desembolsos: 01

Valor desembolsado do empréstimo (US\$): 1.650.000,00

Percentual desembolsado do empréstimo: 11,00%

Valor Executado do Emprestimo (US\$): 1.152.787,99

Percentual executado do Empréstimo: 7,69%

Valor executado da contrapartida (US\$): 450.713,09

Percentual executado da contrapartida: 3,00%



1.5 Equipe de projeto do Banco

Composição da equipe durante a preparação do Projeto: Claudete Camarano (ICS/CBR); Leise Estevanato (CSC/CBR), Marcos Teixeira (CSC/CBR), Marília dos Santos (CSC/CBR), Carlos Bianchini Júnior, Flávio Galvão e Raimundo Arroio (consultores) e Pedro Farias (ICF/ICS), Chefe de Equipe.

Composição atual da equipe de supervisão: Ricardo Gazel, Chefe de Projeto; Marília dos Santos e Katia Sousa.

1.6 Unidade de coordenação do Projeto

Ato de criação da unidade: Portaria SPU nº 313, de 27 de outubro de 2011.

Composição da equipe base durante a preparação do Projeto: João Carlos Barboza Carneiro, Vitor Reis;

Ato de designação da equipe atual: Portaria Conjunta SPU/SPOA nº 247, de 20 de agosto de 2012.

Composição atual da UCP:

- Coordenador-Geral: Claudson Moreira Santos (servidor do MP, da carreira de Analista de Infraestrutura), Portaria nº 120, de 25 de junho de 2015.
- Coordenador Administrativo-Financeiro: Hélio Costa Ferreira Júnior (servidor do MP/SPOA), Portaria nº 15, de 10 de janeiro de 2014.
- Equipe permanente: Maria de Fátima Santos Camargo (servidora do MP, da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental); Jéssica Lacerda de Sousa (secretária, profissional terceirizada); Renato Fuscaldi (servidor do MP, da carreira de Analista em Tecnologia da Informação).
- Profissionais Temporários contratados pelo processo seletivo simplificado (CESPE): Fernanda Lins Leal Uchôa de Lima e Félix Pessoa Neto.

1.7 Monitoramento e avaliação

Data deste relatório: 30/07/2015.

Data da missão de arranque: 04/05/2012.

Data para apresentação do Relatório de Término de Projeto – PCR: três meses após o prazo de último desembolso.

Data da análise de risco inicial: 17/08/2011.

Data da revisão da análise de risco: 07/05/2015.

Prazo de entrega dos relatórios semestrais de progresso: trinta dias após o término do semestre.

Prazo para apresentação da avaliação intermediária: noventa dias após o comprometimento de 50% dos recursos do empréstimo ou na metade do período de desembolso, o que ocorrer primeiro.

Prazo para entrega da avaliação final: 30 dias após a data do último desembolso.



2. Introdução

Este relatório apresenta as atividades realizadas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União – PMG/SPU em 2015, destacando a execução havida no período de janeiro a junho, em atendimento ao disposto na cláusula 5.01(b) das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo Nº 2580/OC-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

3. Progresso na Execução do Programa

3.1 Contexto

O PMG/SPU completou, em 30 de junho de 2015, aproximadamente três anos e três meses de vigência, do total de cinco anos previstos, estando a data do último desembolso fixada para 26 de março de 2017. O programa apresenta execução financeira em torno de 5,35%, o que é inferior ao previsto inicialmente, aferindo-se, assim, um estado de descompasso entre o período decorrido do Contrato e a execução alcançada. Ademais, o cenário para o presente exercício é conservador, haja vista o crescente esforço que o Governo Federal vem realizando para o equilíbrio das contas públicas, com previsão de contingenciamento orçamentário.

O 1º semestre de 2015 foi marcado principalmente pela iniciativa de revisão do Programa e por mudanças na alta direção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Ministro, Secretário Executivo etc.) que, a despeito de não ter gerado alterações no quadro de dirigentes da SPU, exigiram esforços de apresentação e reanálise do Programa visando à compreensão de suas propostas de intervenção e o alinhamento às diretrizes de gestão, repercutindo em seu ritmo de execução.

Nesse período alguns projetos tiveram sua estratégia de contratação e execução revistas. Ações relacionadas à normatização foram pensadas, inicialmente, para execução mediante a contratação de consultorias externas. Contudo, na prática, tais ações têm encontrado maiores chances de sucesso quando realizadas por servidores integrantes da própria Administração Pública Federal, devido ao seu nicho de conhecimento específico.

Além disso, algumas das contratações de consultorias previstas no Contrato de Empréstimo nº 2580/OCBR deixaram de ser prioridades para a SPU, por terem sido contratadas e/ou adquiridas com recursos próprios da Secretaria e, em alguns casos, por haver disponibilidade de especialistas nos temas relacionados dentro do próprio Governo Federal.

Face aos fatores apresentados e às limitações de recursos humanos e contingenciamento orçamentário que a SPU vem enfrentando, entendeu-se que o órgão deve envidar esforços na conclusão de projetos que são considerados como fundamentais para o sucesso do Programa como um todo, ainda que em detrimento de ações importantes, mas sem impacto para a modernização.

Nesse sentido, privilegiou-se no período as ações voltadas à estruturação de dados geoespaciais relacionados aos bens da União, base para a construção do sistema unificado de gestão do patrimônio público federal, no âmbito da parceria firmado com o Exército Brasileiro. Para tanto, foi levantada a necessidade de se evoluir o modelo de dados geoespaciais da SPU ao ponto de incorporar as demais entidades negociais, espacializáveis ou não, e seus atributos, bem como as regras de negócio existentes.

Por fim, cabe registrar que este semestre terminou com a mudança no quadro gestor da UCP, através da designação de novo Coordenador-Geral do Programa, o Sr. Claudson Santos Moreira (Portaria nº120, de 25 de junho de 2015).



3.2 Descrição do Programa

O objetivo do programa é promover um melhor aproveitamento do potencial econômico e socioambiental do patrimônio imobiliário da União, por meio do fortalecimento da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

O Programa está estruturado em três componentes, que coincidem com seus objetivos específicos, quais sejam: (i) Modernizar os processos e bases de dados para a caracterização dos imóveis da União; (ii) Gerar conhecimento para apoiar uma gestão inovadora, que potencialize o aproveitamento da função socioambiental dos ativos públicos harmonizada com a função arrecadadora e o uso compartilhado da informação patrimonial para a formulação de políticas públicas; (iii) Automatizar os processos e aperfeiçoar os sistemas de informação para apoiar a gestão do patrimônio da União.

Componente 1 - Modernização dos processos e base de dados para caracterização dos imóveis da união
- Modernização metodológica e de procedimentos; Padronização da cartografia da SPU; Ampliação da escala de identificação; Certificação e depuração das bases existentes.

Componente 2. Geração de conhecimento para a gestão patrimonial – Modelagem conceitual dos bens da União; Proposta de aperfeiçoamento da contabilidade patrimonial; Regularização do registro cartorial dos bens imóveis da União; Proposta de novos modelos de negócios e estudos dos seus potenciais benefícios para o aproveitamento do uso dos bens públicos federais; Estudos de metodologias de avaliação de bens públicos federais; Estratégia de racionalização da utilização de imóveis destinados à APF.

Componente 3. Automatização dos processos de gestão do patrimônio da União - Plano de Gestão da Informação Patrimonial; Atualização do Mapeamento de Processos da SPU; Desenvolvimento do sistema informatizado; Digitalização de documentos; Implantação de tecnologias de comunicação.

3.3 Registro das atividades executadas no período

Componente 1 – Produto 1: Modelo único de cadastro e norma de demarcação implantados

- Planejamento da construção de um modelo de cadastro único, a fim de se desenvolver um instrumento padronizado de obtenção e disponibilização de informações acerca dos imóveis públicos federais, sejam elas espaciais ou descritivas. Para tanto, foi levantada a necessidade de se evoluir o modelo de dados geoespaciais da SPU ao ponto de incorporar as demais entidades negociais, espacializáveis ou não, e seus atributos, bem como as regras de negócio existentes, para que então ele se torne a base do novo Sistema. Essa ação foi deslocada para o componente 3 – Produto 3: Desenvolvimento de sistema informatizado.
- Elaboração da Nota Técnica justificando a necessidade de aquisição de equipamentos de apoio à caracterização e instruído o processo administrativo para a aquisição;
- Implementação do projeto de Padronização de Software de Manipulação de Dados Espaciais, que contou com uma videoconferência entre o Órgão Central e as Superintendências do Patrimônio da União voltada à seleção de softwares candidatos e à indicação de especialistas para participarem do seminário de padronização, evento que ocorreu na ENAP, no mês de junho, no qual foram selecionados, com base em uma análise multicritérios, o software QGIS voltado às atividades de geoprocessamento e o software AutoCAD Map 3D voltado a projetos de engenharia e também ao auxílio na transição do acervo cartográfico legado de uma plataforma CAD para um Sistema de Informações Geográficas.



Componente 1 – Produto 2: Cartografia da SPU padronizada/ Inventário cartográfico e Normatização dos padrões

- Elaboração do Módulo 1 (Integração com a INDE) e do Módulo 2 (Catalogação) da ferramenta de Catalogação de Metadados e Conversão Cartográfica, executada no âmbito do contrato de prestação de serviços firmado com a Liberium;
- Início da execução da fase de elaboração do Módulo 3 (Validação, Homologação e Publicação) através do levantamento de requisitos do fluxo de validação dos produtos cartográficos e definição de perfis de usuários.

Componente 1 – Produto 2: Cartografia da SPU padronizada/ Implantação de Banco de Dados Geográficos (BDG)

Realização das modelagens conceitual, lógica e física do banco de dados geoespaciais da SPU, com base nas necessidades levantadas junto às áreas;

- Produção das Especificações Técnicas de Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais (ET-EDGV/SPU) e de Aquisição de Dados Geoespaciais Vetoriais (ET-ADGV/SPU), conforme orientações da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais;
- Levantamento dos diferentes cenários existentes, relativos à espacialização dos imóveis públicos federais, para validação do modelo de dados geoespaciais desenvolvido;
- Levantamento de requisitos para a adição de funcionalidades de consulta aos imóveis na aplicação, cujas histórias foram preparadas, implementadas e testadas, disponibilizando-as no ambiente de homologação. Foram adicionadas, ainda, funcionalidades de cálculo de área e distância. As camadas de informação do banco de dados geoespaciais foram configuradas no geoserver para possibilitar a sua visualização através da aplicação;
- Continuidade da geocodificação dos imóveis da União, sendo executada em 100% dos imóveis de Uso Especial e em 30% dos imóveis dominiais;
- Capacitação de 6 (seis) membros da equipe do Projeto IDE/SPU, de 15/06 a 19/06, no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, através do curso Fundamentos de Geoprocessamento.

Componente 3 – Produto 2: Mapeamento de processo atualizado

- Início da execução dos serviços de mapeamento da situação atual (S1) de 4 (quatro) processos: Demarcar Terrenos de Marinha e Acrescidos – LPM; Demarcar Linha Média das Enchentes Ordinárias - LMEO; Prover Inscrição de Ocupação; e Gerir Cadastro
- Conclusão dos serviços de mapeamento da situação atual (S1) de 3 (três) processos: “Administrar incorporação de imóvel”, “Realizar cobrança de débitos inadimplidos” e “Requerer imóvel para uso”;
- Celebração de novo contrato com a empresa TOTVS Consulting S/A (Contrato Administrativo nº 014/2015) para execução de serviços de mapeamento de mais 39 processos, com previsão de término em outubro de 2016;
- Realização de workshop envolvendo os coordenadores gerais da SPU para construção da cadeia de valor da SPU;
- Realização de entrevistas para elaboração da cadeia de valor da SPU visando à seleção e priorização dos processos a serem incluídos no segundo Contrato Administrativo nº 014/2015;



Componente 3 – Produto 3: Digitalização de Documentos

- Realização de reunião na Superintendência do Patrimônio da União/RJ, com a participação da UCP/PMG para tratar do Projeto Acervo, iniciativa desenhada por aquela unidade estadual juntamente com o Arquivo Nacional e SEBRAE objetivando a realização de levantamento, restauração e guarda do acervo histórico da SPU. Há a expectativa de que se possa executar tal projeto no âmbito do PMGPU, inserido nas ações do Componente 3 – Produto 5 – Digitalização de documentos, e o desenho pretendido para a execução do Projeto inclui a formalização de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Universidade Federal Fluminense, custeando bolsistas e restauradores para a coordenação do projeto. Inclui, também, a adaptação de espaço físico, na SPU/RJ, para a instalação de laboratório de restauração e espaço para guarda de documentos, em ambiente controlado.
- Negociação das atividades necessárias à adaptação do espaço físico (definição de local etc.) para que seja possível finalizar a elaboração do cronograma da reforma e instalação de equipamentos, etapa fundamental ao fechamento da minuta final do referido ACT;

Componente 3 – Produto 5: Pontos de videoconferência implantados

- Conclusão da implantação de 31 (tinta e um) pontos de videoconferência (27 nas superintendências, 2 nos postos avançados de Santos/SP e Parnaíba/PI, 1 na Unidade Central da SPU e 1 no MP); e
- Pagamento e ateste final dos equipamentos.

Gestão do Programa – Equipe da UCP

- Capacitação da equipe da UCP em Aquisições BID
- Realização de reunião de Avaliação e replanejamento do Programa de Modernização

3.4 Metas físicas alcançadas

O quadro a seguir resume as metas estabelecidas para o presente exercício e o alcance obtido.

Componente 3	Planejado	Executado
Produto 5 - Pontos de videoconferência implantados	28	31

A aquisição dos pontos de videoconferência foi ao custo de R\$ 1.496.339,00 equivalente em USD a \$514.338,85.



4. Custos do Projeto

4.1 Planejamento original

Categorias de Investimento (em US\$)	US\$		
	BID	LOCAL	TOTAL
Administração	946.000,00	0	1.002.000,00
Gestão do Projeto	946.000,00	0	946.000,00
Auditória	0	0	0
Avaliação Intermediária e Final	56.000,00	0	56.000,00
Sem alocação específica	91.000,00	111.000,00	202.000,00
Imprevistos	91.000,00	111.000,00	202.000,00
Custos Diretos	13.907.000,00	14.889.000,00	28.796.000,00
Componente I	5.275.000,00	5.926.000,00	11.201.000,00
Componente II	2.046.000,00	896.000,00	2.942.000,00
Componente III	6.586.000,00	8.067.000,00	14.653.000,00
Subtotais	15.000.000,00	15.000.000,00	30.000.000,00

4.2 Valores Executados

Para permitir rastreabilidade entre os gastos financeiros do programa e o desenvolvimento dos produtos nele previstos, foram criados, no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, os Planos Internos de Projetos Externos (PIPE), conforme os componentes de investimentos definidos no acordo de empréstimo. A lógica proposta é que qualquer bem ou serviço contratado com recursos do PMGPU seja executado com base nesse PI registrado no SIAFI, que espelha o quadro de Custos e Financiamento do Contrato de Empréstimo.

a) Execução do PMGPU - Extração SIAFI:

A seguir apresentamos a extração SIAFI da execução, de acordo com a estrutura de Planos Internos:

Extração SIAFI

Categorias de Investimento (em US\$)	Acumulado até 31/12/2014			01/01/2015 até 30/06/2015			Acumulado até 30/06/2015		
	US\$			US\$			US\$		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
Administração	0,00	76.104,53	76.104,53	0,00	45.967,40	45.967,40	0,00	122.071,93	122.071,93
Gestão do Projeto	0,00	76.104,53	76.104,53	0,00	45.967,40	45.967,40	0,00	122.071,93	122.071,93
Auditória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Avaliação Intermediária e Final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem alocação específica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imprevistos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos Diretos	201.274,10	143.281,95	344.556,05	951.513,89	189.398,01	1.140.911,90	1.152.787,99	332.679,96	1.485.467,95
Componente I	0,00	9.878,43	9.878,43	3.475,56	137.162,42	140.637,98	3.475,56	147.040,85	150.516,41
Componente II	0,00	103.721,54	103.721,54	0,00	0,00	0,00	0,00	103.721,54	103.721,54
Componente III	201.274,10	29.681,98	230.956,08	948.038,33	52.235,59	1.000.273,92	1.149.312,43	81.917,57	1.231.230,00
Subtotais	201.274,10	219.386,48	420.660,58	951.513,89	235.365,41	1.186.879,30	1.152.787,99	454.751,89	1.607.539,88

b) Execução do PMGPU - Apuração por desenvolvimento de produto/componente:

Analisando os gastos do Programa, verificamos que a proposta de classificação por Planos Internos tem se mostrado eficaz, principalmente pelo alto grau de rastreabilidade dado no momento de prestação de contas. No entanto, foram identificadas falhas na classificação do Plano Interno de algumas despesas, demandando sua reclassificação para que se possa alocar corretamente cada gasto ao seu respectivo produto desenvolvido.

Dessa forma, faz-se necessário apresentar a tabela a seguir, com valores efetivamente gastos em cada produto, conforme demonstrado nas Notas Técnicas n°s 88/2015, 197/2015 e 352/2015 PMG-SPU/MP, apresentadas junto à Justificativa de Gastos n° 002:

Categorias de Investimento (em US\$)	Acumulado até 31/12/2014			01/01/2015 até 30/06/2015			Acumulado até 30/06/2015			Exexução PMGPU		
	US\$			US\$			US\$					
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
Administração	0,00	76.104,53	76.104,53	0,00	45.967,40	45.967,40	0,00	122.071,93	122.071,93			
Gestão do Projeto	0,00	76.104,53	76.104,53	0,00	45.967,40	45.967,40	0,00	122.071,93	122.071,93			
Auditória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Avaliação Intermediária e Final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Sem alocação específica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Imprevistos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Custos Diretos	201.274,10	143.281,95	344.556,05	951.513,89	189.398,01	1.140.911,90	1.152.787,99	332.679,96	1.485.467,95			
Componente I	0,00	9.878,43	9.878,43	480.340,51	145.512,10	625.852,61	480.340,51	155.390,53	635.731,04			
Componente II	0,00	103.721,54	103.721,54	0,00	0,00	0,00	0,00	103.721,54	103.721,54			
Componente III	201.274,10	29.681,98	230.956,08	471.173,38	43.885,91	515.059,29	672.447,48	73.567,89	746.015,37			
Subtotais	201.274,10	219.386,48	420.660,58	951.513,89	235.365,41	1.186.879,30	1.152.787,99	454.751,89	1.607.539,88			

Obs: As tabelas apresentadas nas alíneas **a)** e **b)** acima, retratam os valores reportados no PMR - First period Jan-Jun 2015, apresentado em 1/10/2015. Ao tempo da realização deste Relatório de Progresso, verificou-se um registro de valores a maior (\$ 4.038,81) no Componente I do PMR. Este valor refere-se às despesas efetivamente pagas no segundo semestre, devendo ser incorporado no próximo PMR.

Dessa forma, faz-se necessário apresentar a tabela a seguir, com valores efetivamente gastos em cada produto no 1º Semestre de 2015.

Categorias de Investimento (em US\$)	Acumulado até 31/12/2014			01/01/2015 até 30/06/2015			Acumulado até 30/06/2015			Exexução PMGPU		
	US\$			US\$			US\$					
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
Administração	0,00	76.104,53	76.104,53	0,00	45.967,40	45.967,40	0,00	122.071,93	122.071,93			
Gestão do Projeto	0,00	76.104,53	76.104,53	0,00	45.967,40	45.967,40	0,00	122.071,93	122.071,93			
Auditória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Avaliação Intermediária e Final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			



Sem alocação específica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imprevistos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos Diretos	201.274,10	143.281,95	344.556,05	951.513,89	185.359,20	1.136.873,09	1.152.787,99	328.641,15	1.481.429,14
Componente I	0,00	9.878,43	9.878,43	480.340,51	141.473,29	621.813,80	480.340,51	151.351,72	631.692,23
Componente II	0,00	103.721,54	103.721,54	0,00	0,00	0,00	0,00	103.721,54	103.721,54
Componente III	201.274,10	29.681,98	230.956,08	471.173,38	43.885,91	515.059,29	672.447,48	73.567,89	746.015,37
Subtotais	201.274,10	219.386,48	420.660,58	951.513,89	231.326,60	1.182.840,49	1.152.787,99	450.713,08	1.603.501,07

c) Execução do PMGPU – Delimitação dos Valores dos Saldos a Pagar para o exercício de 2015 - TC nº40:

Com relação aos recursos descentralizados mediante o Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 40, cujos empenhos não foram reclassificados pelos motivos anteriormente elencados, a Tabela abaixo demonstra a extensão dos limites dos valores que ainda persistirão registrados no PI 00161713300, quando o correto seria no PI 0016171200.

O saldo de R\$ 2.659.989,97 financiado pelo Banco deverá ser executado no exercício de 2015. Fazendo a estimativa do valor financiado pelo Banco em dólar, à taxa de cotação BACEN em 31/12/2014, temos um valor de US\$ 1.001.426,84. Trata-se de estimativa porque a conversão se dará apenas na data efetiva do gasto ou pagamento.

A tabela a seguir apresenta e delimita, também, os valores aportados, a título de Contrapartida Nacional, ao referido TC nº 40:

Fonte	Fonte nº	PI	Valor Empenhado	Valores em 30/06/2015	
				Saldo a Pagar	Saldo a Pagar
BID	148001617	161713300	3.300.000,00	1.221.447,02	1.221.447,02
Tesouro	2100001617	161711200	326.984,58	32.688,00	535.990,00
Tesouro		161713300	156.855,74	119.833,32	
Tesouro	2133001617	161711200	134.950,51	33.702,28	535.990,00
Tesouro		161713300	427.282,49	349.766,40	
			4.346.073,32	1.757.437,02	1.757.437,02

Tabela Delimitação dos Valores dos Saldos a Pagar para o exercício de 2015 - TC nº40

d) Recursos comprometidos:

- Contratação dos servidores em caráter temporário – estimativa de R\$ 500.000,00 anuais para custeio dos dois profissionais contratados (Fonte 2100 - contrapartida nacional).
- Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito do Acordo de Cooperação Técnica com o Exército Brasileiro – segunda parcela prevista para outubro/2015: R\$ 2.697.177,60, Fonte 2100 (contrapartida Nacional).
- Mapeamento de processo atualizado – 1º Contrato - R\$ 260.832,00 na Fonte 0148 (BID).
- Mapeamento de processo atualizado – 2º Contrato - R\$ 834.240,00 na Fonte 0148 (BID).
- Cartografia da SPU padronizada - Desenvolvimento do sistema de Catalogação de Metadados Geoespaciais – R\$ 131.328,40 – Fonte 0148 (BID).

5. Implementação do Programa

5.1 Análise dos Fatores Críticos e problemas detectados durante a execução

Os principais fatores de dificuldade encontrados na execução das atividades do PMG/SPU no período abrangido por este Relatório foram:

- Contingenciamento e cortes orçamentários decorrentes da política de ajuste fiscal implantada pelo governo brasileiro nesse período;
- Limitação dos recursos humanos na UCP para execução e acompanhamento das ações programadas;
- Dificuldade de envolvimento das áreas finalísticas do órgão em razão do crescente quantitativo de processos/demandas, associado à insuficiência de pessoal;
- Articulação e aproximação ainda incipiente entre a Unidade de Coordenação Financeira (exercida pela Diretoria de Administração, da Secretaria Executiva) e a Unidade de Execução do Programa (instalada na SPU);
- Retardamento na resolução de problemas de natureza operacional por parte das áreas específicas do MP, em especial nas áreas ligadas à contratação, ateste de disponibilidade orçamentária e execução financeira, também em função do escasso contingente de servidores disponíveis especificamente para atender às demandas do Programa;
- Variação cambial do dólar em relação à moeda nacional. Importa ressaltar que durante as etapas de planejamento do programa (Carta Consulta, datada de junho de 2009, e Proposta de Desenvolvimento da Operação, datada de agosto de 2010), as estimativas de custos de cada projeto foram elaboradas com base em uma cotação do dólar de R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos). No entanto, atualmente esta cotação tem flutuado em torno de R\$3,80 (três reais e oitenta centavos). Com isso, em que pese a inflação acumulada durante os últimos anos, o que se tem observado é que as contratações já realizadas, em geral, apresentam valores de execução inferiores ao planejado originalmente.

5.2 Medidas Corretivas Adotadas

- Estabelecimento, no final do semestre, de reuniões periódicas (primeira quarta-feira do mês) do Grupo Estratégico de Gestão para acompanhamento do andamento do Programa e deliberação sobre soluções e propostas;
- Gestões junto aos órgãos competentes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para preenchimento das vagas remanescentes do concurso realizado para contratação de temporários;
- Planejamento de ações voltadas ao aprimoramento da comunicação do Programa;
- Revisão dos projetos, com proposição de cancelamento parcial dos recursos do Programa e prorrogação do seu prazo.



6. Sustentabilidade

6.1 Análise de Fatores Críticos

A diversidade de projetos prioritários e ações em execução na SPU, formulados a partir da identificação dos desafios estratégicos desta Secretaria e também por demanda externa, continua tornando potencialmente complexa a gestão e articulação das ações previstas PMG/SPU com as atividades finalísticas do órgão.

Após mapeamento realizado pela Coordenação Geral de Gestão Estratégica – CGGES/SPU, analisando e comparando o conteúdo dos projetos prioritários com a estrutura e escopo do PMG/SPU, foram identificadas áreas de sombreamento e/ou sobreposição de atividades e resultados previstos, permitindo prever a necessidade de novos esforços no sentido de alinhar os projetos prioritários identificados em tais áreas de sombreamento e/ou interface de atividades com o PMG/SPU ou, ainda, realizar a migração de tais projetos prioritários para o âmbito do PMG/SPU, racionalizando recursos.

Ainda relacionada à diversidade de atividades executadas pelas áreas finalísticas e dada a escassez/insuficiência de recursos humanos disponíveis para a desejada estruturação da UCP/PMG, cabe registrar a potencial incompatibilidade do desenho previsto para esta unidade de coordenação e uma possível transferência de atividades específicas do Programa às áreas finalísticas.

Outro fator crítico considerado relevante compreende a comunicação ainda incipiente do PMG/SPU junto ao corpo técnico da SPU, que coloca em risco as inovações propostas pelo Programa, da concepção à aceitação futura dos produtos previstos e tecnologias desenvolvidas.

6.2 Riscos Potenciais

- Atraso no cronograma físico-financeiro inicialmente previsto;
- Comprometimento da qualidade das entregas;
- Não aproveitamento adequado dos produtos e tecnologias desenvolvidos no âmbito do Programa.

7. Lições Aprendidas

- Necessidade de reestruturação dos projetos pertencentes ao programa, aproveitando melhor os recursos humanos envolvidos e otimizando a sua execução, com foco em ações que apresentem resultados a curto e médio prazos, visando delimitar melhor o escopo de cada projeto e a sua efetiva contribuição na modernização da gestão do Patrimônio Público Federal;
- A comunicação deve ser tratada como um ponto chave para o andamento dos projetos, devendo ser constantemente analisada e melhorada para que os agentes envolvidos tenham pleno conhecimento da finalidade de cada projeto e sintam-se seguros quanto ao seu papel no programa e ao alcance das metas estabelecidas.



8. Cumprimento das Obrigações Contratuais

Requisito Contratual	Objeto	Documento de Apresentação	Data de Envio	Data de Aceite do BIB
5.01(b) 2014 (2)	Relatórios semestrais de progresso	Ofício nº 000/2015 - GAB/SPU-MP	17/04/2015	
5.03(a) 2014	Demonstrações Financeiras Auditadas	Ofício nº 385/2015-GAB/SPU-MP	30/04/2015	
6.04(b)	Recursos para o Programa	Ofício SEI nº 5753/2015-MP	31/08/2015	08/09/2015

Brasília, 7 de dezembro de 2015.


CLAUDSON MOREIRA SANTOS
Coordenador-Geral do Programa de Modernização
da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União